

(*) Valney Rocha Maciel. Assistente Social, Especialista em Gestão de Produtos e Serviços Culturais, Mestranda em Políticas Públicas e Sociedade da UECE.

63

Valney Rocha Maciel*

A Metodologia da História Oral Junto aos Mendigos do Centro de Fortaleza

RESUMO: Este artigo é parte de um projeto de pesquisa mais amplo. Levanta questões sobre os mendigos no Centro da cidade relacionada ao crescimento das populações de rua e a escolha pela metodologia da história oral como possibilidade de ouvir o marginalizado, numa sociedade onde são marcantes o preconceito e a injustiça.

Palavras-chave: mendigos, exclusão social, população de rua, história oral.

1 O cenário maior: Fortaleza

Fortaleza, palco de relações sociais entre homens e mulheres, evidencia, através de seus espaços sócio-geográficos, as diversas faces de uma cidade partida. É um cenário de conflitos permanentes e de modo acentuado quando se trata dos moradores de rua. Seus espaços públicos, nas últimas décadas, têm acolhido aqueles desprovidos de habitação. Assim, a cidade convive com esse “novo” contingente populacional, cuja urgência pelos mínimos sociais evidenciam a exclusão a que estão inseridos.

Bairros sem nenhuma infra-estrutura passam a compor o cenário da cidade. De acordo com Silva, “grande parte destes bairros estão localizados na parte Leste da cidade, contrastando com os da Oeste que são ocupados em sua maioria pela massa trabalhadora.” (SILVA, 1992: 44)

Na atual gestão, a Prefeitura investiu R\$ 1,7 milhão na nova iluminação da Praia de Iracema - cartão postal da cidade (DN, 03/02/2003). Enquanto isso, o déficit habitacional de Fortaleza, segundo a Federação de Bairros e Favelas, é de 160.000 unidades e cresce para 82 o número de áreas de risco (DN, 22/01/2003).

Vale salientar que tais mudanças ocorreram principalmente nas áreas mais nobres de Fortaleza. “Apesar de relativamente homogêneos pode-se distinguir entre os setores habitados pelos quadros superiores e ocupados pelos quadros subalternos”. (SANTOS, 1981:177). As mudanças na cidade têm ocorrido de forma acelerada. Os espaços mais valorizados pelo mercado imobiliário continuam sendo modificados com construções verticais de grande porte, comprometendo a ventilação nos bairros mais distantes da orla marítima enquanto a periferia apresenta, cada vez mais, os aspectos inerentes aos segmentos que têm diminuído o seu direito de aquisição aos produtos e serviços essenciais.

2. O Aumento da Exclusão Social a partir dos Anos 80.

Os anos oitenta e noventa são marcados pelo fenômeno da globalização e suas modificações nas dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas repercutem nos espaços urbanos como um todo, revelando que as mais diversas transformações têm contribuído para o aumento do número de pessoas sem moradia, desempregadas e sem perspectivas. Ou seja, o crescimento da miséria e da pobreza. Em Fortaleza, os efeitos da globalização se refletem nas esquinas, nas praças, nos sinais de trânsito. ...onde crianças, adolescentes, homens e mulheres mendigam em qualquer horário por comida ou algum dinheiro.

Pobreza e segregação sempre foram elementos que compuseram a história do homem. Entretanto, a manutenção do trabalho garantia às classes subalternas o direito ao salário para que continuassem em busca de sua sobrevivência. Com a crise no mundo do trabalho – compreendida pela diminuição drástica na oferta de empregos – agudizam-se as diferenças entre ricos e pobres, visto que o desempregado passa a ser desnecessário economicamente. Pertencer às classes menos favorecidas tornou-se sinônimo de exclusão social.

O termo exclusão social, embora seja empregado nos mais diversos estudos e em países diferentes, tem o seu significado intimamente ligado ao grau de desenvolvimento da economia e das políticas sociais adotadas em cada um deles. Desta forma, o conceito de exclusão social é extremamente diversificado e heterogêneo.

Sobre a situação da pobreza no Brasil, no 2º Encontro sobre Metodologia de Avaliação e Acompanhamento das Políticas de Combate à Pobreza (realizado em Fortaleza nos dias 3 e 4 de fevereiro de 2003), o assessor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, José Carlos Libânio, chamou atenção para o fato de que hoje se avalia a pobreza humana inversa ao desenvolvimento e propõe a criação do Índice de Pobreza Humana (IPH)(

DN,05/02/2003). No mesmo encontro, o Secretário Executivo do Ministério de Promoção e Assistência Social (MPAS), Ricardo Henriques, afirmou que o Brasil possui algo em torno de 50 milhões de habitantes abaixo da linha de pobreza, sendo que 25 milhões são considerados miseráveis (DN, 04/02/2003).

No Ceará, a Defesa Civil do Estado atesta que 54 mil pessoas vivem em áreas de risco apenas na capital, dado alarmante que retrata de modo parcial o número de miseráveis em Fortaleza. (Diário do Nordeste, 22/01/2003). Outros dados sobre pobreza também podem ser obtidos no Anuário Estatístico do Ceará 2001 realizado pelo Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará (IPLANCE) em parceria com o Instituto Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). O índice de Gini – índice utilizado para medir a desigualdade da distribuição da renda - revela números nada animadores: em 1999, no Brasil, Nordeste, Ceará e Região Metropolitana era, respectivamente, de 0,59, 0,60, 0,61 e 0,62. E das famílias residentes em domicílios particulares no Ceará, cujo número total é de 1.880.077, são 405.233 as que possuem renda de até 1 salário mínimo. Entre a renda de 1 a 2 salários mínimos, o número de famílias é de 514.593.

Se o conhecimento sobre a renda fundamental para a aferição da qualidade de vida da população, a estatística nos conduz a uma realidade de carências pelas quais passam, pelo menos, 919.826 famílias no estado do Ceará (IPLANCE, Anuário Estatístico do Ceará –2001). Muitas delas, hoje, se encontram nas ruas. Vão juntar-se a outras tantas que se encontram abaixo da linha da pobreza , às vezes por décadas. Mergulhadas num estado que oscila entre a luta e o desânimo diante das carências absolutas. São milhares de famílias que carregam consigo o estigma de marginais, de desnecessários, de perigosos. Considerados, por muitos, farrapos de gente.

3. Sobre as pesquisas junto às populações de rua no Brasil.

No Brasil, os estudos sobre moradores de rua têm se ampliado a partir da década de 90. As pesquisas apresentam diferenças substantivas sobre tal população e indicam a diversidade nos perfis dos que não residem, dos que vivem sem paradeiro. São investigações que merecem ser destacadas , principalmente se considerarmos a gravidade dessa questão social.

Os estudos de Bursztyń e Araújo (1997), realizados em Brasília , apresentam uma população de rua constituída , em sua maior parte, por famílias

provenientes do interior da Bahia e de Goiás, caracterizando a migração. Para Escorel (1999), que realizou pesquisa no estado do Rio de Janeiro, a fragilidade dos laços familiares é a causa da presença de pessoas morando nas ruas.

Para Prates (2000), em estudos que realizaram-se na cidade de Porto Alegre, os motivos para viver nas ruas relacionam-se ao alcoolismo e às dificuldades de convivência com familiares, além de questões ligadas ao crescente desemprego. A mesma foi realizada a partir de 1994 e se estendeu por longos seis anos, o que denota a não ser um tarefa simples. Mesmo porque, o último senso realizado no Brasil não aplicou nenhum instrumento de coleta de dados junto a mesma. A quantificação de moradores de rua ainda é uma incógnita nacional.

Existe uma diversificação na tipologia dos moradores de rua que, segundo Bursztyn, “podem ser encontrados em outras cidades, ainda que em proporções diferenciadas.” (BURSZTYN, 2000: 239) . Os grupos encontrados foram: catadores de lixo seco, flanelinhas, albergados, catadores nômades, sem-lixo e sem-teto, sem-lixo e sem-teto errantes, catadores complementares, andarilhos, pivetes, foras-da-lei, hippies e pedintes de natal. Tal tipologia mapeia, de certa forma, as estratégias de sobrevivência da população de rua.

A rua *deixa de ser* um espaço essencialmente público para ganhar características de espaço privado, ao servir de “moradia” para os povos das ruas. Utensílios de uso pessoal e ações que antes eram de caráter privado passam a ser realizadas sob o olhar de todos. Dormir, alimentar-se, banhar-se... compõem o cenário do morador de rua, onde são sujeitos das ações e onde as ações se tornam públicas. Em Fortaleza, os estudos de Araújo abordam a questão dos mendigos a partir de relatos e com uma abordagem qualitativa, onde o cotidiano de sofrimento, medo e preconceito vivenciados expõem uma trajetória de vida sem dignidade. Um dos entrevistados desabafa: “... as pessoa passam por mim pensando que eu sou um cachorro sujo...” (ARAÚJO, 2000:174)

Em se tratando de uma pesquisa realizada pelo poder municipal, no ano de 2000, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) efetivou um estudo objetivando traçar o perfil desse grupo. Intitulada “ **Moradores de Rua da Cidade de Fortaleza** “, ela nos fornece alguns dados, como a existência de 2040 moradores de rua na cidade, na faixa etária entre 21 a 40 anos. As causas apontadas pelos moradores foram o desemprego e a dificuldade de se relacionarem com a família. Destes, 88,9% são cearenses (SMDS, 2000).

4. O Centro da cidade como espaço da pesquisa de campo.

O Centro da cidade é o espaço que mais acolhe moradores de rua. Esta afirmativa baseia-se pela leitura de jornais, pela pesquisa realizada pela SMDS, assim como pelo contato com entidades que prestam ajuda e estes segmentos. O centro oferece a possibilidade de acesso à comida, ao uso de imóveis para pernoite (visto que muitos se encontram abandonados), além do grande fluxo de pedestres – fator que facilita a mendicância.

A pesquisa em questão tem como objetivo conhecer como se efetiva a mendicância no cotidiano dos moradores de rua do centro de Fortaleza. Além disso, pretendo conhecer como é o cotidiano de quem vive na rua, qual a trajetória dos moradores de rua do centro de Fortaleza, como são feitas as novas amizades morando nas ruas, quais os espaços mais habitados, quais as perspectivas para o futuro e quais as outras fontes de subsistência.

5. A escolha da História Oral como Metodologia.

No que concerne à escolha da metodologia, no caso a História Oral, minha inserção e participação no Grupo de Pesquisa Oralidade, Cultura e Sociedade (UECE), coordenado pelo Prof. Gisafran Jucá, me permitiu uma aproximação com tal metodologia, me fornecendo pistas sobre quais caminhos eu deveria trilhar na pesquisa em questão. A maturidade intelectual do grupo, aliada à receptividade em acolher novos integrantes ávidos por percorrer os trajetos da oralidade, foram decisivas para minha definição.

Meus estudos anteriores, na graduação em Serviço Social e na Especialização em Gestão Cultural, contemplaram a transcrição de relatos orais, “mesmo sabendo que uma tradução verdadeiramente fiel sempre implica certa quantidade de invenção” (Portelli, 1997: 27). Trazer a fala dos entrevistados para os trabalhos acadêmicos é, para mim, um ato ético de respeito aqueles que compuseram comigo uma produção científica, me revelando saberes e vivências que só se evidenciam na esteira da vida cotidiana. Assim, o trabalho acadêmico trará consigo não só o peso da cientificidade mas também, tão importante quanto, possibilitará o encontro sempre fecundo entre teoria e prática.

Apesar disso, não havia familiaridade com a História Oral enquanto método. Assim, tão logo ingressei no Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, em agosto de 2002, fui à procura de um arcabouço teórico sobre

tal método, visto que irei utilizar entrevistas e histórias de vida junto aos moradores de rua que mendigam pelas ruas do centro de Fortaleza.

A pesquisa de campo foi iniciada desde abril do corrente ano através do mapeamento das ruas do centro da referida capital, onde há uma grande concentração de pedintes. As ruas como o ponto de encontro e, por excelência, um lugar de manifestações públicas; um lugar político.

O sentar nos bancos das praças e assistir as cenas cotidianas dos chamados “excluídos” da sociedade; o contemplar dos corpos em alvoroço diante da irreversibilidade do tempo; sentir-se observadora e observada, concomitantemente... Tudo isso invadiu minhas retinas e me introduziu, empiricamente, ao que se denomina “campo” nas ciências sociais.

De acordo com Freitas, a História Oral “é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana” (Freitas, 2002:18). Assim, tais narrativas podem ser conhecidas através dos mais variados personagens. O recurso da voz dá substância às vivências, materializadas por meio das transcrições. Com uma abrangência multidisciplinar, a História Oral tem servido de base para estudos nas mais diversas áreas das ciências humanas.

Um exemplo concreto refere-se ao grupo de pesquisa já citado, que reúne pesquisadores com formação em História, Sociologia, Serviço Social, Educação e Música. Sem uma ciência para reivindicar sua posse e propriedade, os estudos da oralidade permeiam projetos diferenciados, favorece a troca de experiências, construindo-se coletivamente, sob a égide da subjetividade.

De acordo com Meihy, a História Oral busca conhecer a trajetória das pessoas, tanto daqueles que, nem sempre, são reconhecidos pela história oficial, como também dos indivíduos e grupos que representam as elites. Daí a importância da conservação e da socialização dos documentos orais. Assim, a documentação oral “é mais que história oral, é todo e qualquer recurso que guarda vestígios de manifestações de oralidade” (MEIHY, 2000:12).

Comungando do pensamento de Portelli, é preciso gostar “do modo de falar das pessoas”. (PORTELLI, 1997:40) Assim, o jeito de se comunicar do cearense que pertence às camadas populares será prestigiado, sem máscaras que escondam possíveis erros. Os termos mais esdrúxulos serão “traduzidos” visando a melhor compreensão dos relatos. O povo que vive nas ruas da capital do Ceará será bem mais que mero informante.

A pesquisa continuará nos próximos meses – seguindo o cronograma previamente estabelecido. O desconhecido me bate à porta. E , diante dessa irremediável certeza, me cerco de livros e pessoas que, assim como eu, buscam tirar alguns dos muitos véus que escondem os objetos de nossos interesses .

ABSTRACT: This article is part of a more wide research project. It raises issues related to the mendicants of City Center related to development of street populations and the selection at Oral History Methodology how possibility of to hear the marginal, in a society where the impressions of preconception and injustice.

Key-Words:

mendicants, society exclusion, street populations, oral history.

Bibliografia

ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. *A miséria e os dias: história social da Mendicância no Ceará*. São Paulo: Hucitec, 2000.

BURSZTYN, Marcel (Org.) *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu – Trajetórias de Exclusão Social*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral – Possibilidades e Procedimentos*. São Paulo: Humanitas, USP, 2002.

JUCÁ, Gisafran N. Mota. *A oralidade dos velhos na Polifonia Urbana*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

MEIHY, J.C.S.B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a Ética na História Oral. In: *Projeto História* nº 15. São Paulo: PUC, 97.

_____. O que faz a História Oral diferente. In: *Projeto História* nº 14. São Paulo: PUC, 1997.

PRATES, Jane. Metodologia de Pesquisa para populações de rua : alternativas de enfrentamento pelo poder local. In: *Serviço Social e Sociedade*. Nº 64. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Humana*. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, J. Borzachiello da. *Os incomodados não se retiram. Fortaleza em questão*. Fortaleza: Multigraf, 1992.

VASCONCELOS, J. G. e MAGALHÃES JÚNIOR, Antonio G.(Org.) *Linguagens da História*. Fortaleza: Impreco, 2003.

Documentos e Jornais

Anuário Estatístico do Ceará – 2001.

Relatório da Pesquisa “ Moradores de Rua da cidade de Fortaleza “ – SMDS - 2000.

Diário do Nordeste, 22/01/2003, p.4.

Diário do Nordeste, 03/02/2003, p.7. Diário do Nordeste, 04/02/2003, p.8b.

Diário do Nordeste, 05/02/2003, p.1b